

## 1. Introdução

Um dos elementos essenciais – entre aqueles que marcam o *ser-precisamente-assim* (LUKÁCS, 2008, p. 84) do desenvolvimento econômico-social brasileiro – é o constante movimento de “reposição do passado” observado em nossa formação histórica. Ao analisarmos o processo de objetivação do capitalismo no Brasil, identificamos que o desenvolvimento das forças produtivas origina uma “modernidade” própria do modo de reprodução sociometabólica do capital. No entanto, algumas de suas “marcas coloniais de nascença” são mantidas, entre elas, a presença de uma burguesia internamente instalada que se associa de forma dependente e subordinada aos polos centrais do imperialismo e que reproduz internamente formas autocráticas de dominação sobre as várias frações do proletariado – alternando Golpes de Estado de tipo bonapartistas clássicos, como em 1964, ou formas particulares, institucionalizadas, como o Golpe jurídico-parlamentar que depôs Dilma Rousseff em, 2016.

Devido a esse caráter essencial da formação social brasileira, podemos indicar a famosa frase do personagem Tancredi, extraída do romance *O Leopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, para ilustrar

---

<sup>1</sup> O presente texto é uma versão da comunicação intitulada “Autocrazia Borghese e Offensiva Neoliberalista/Neoliberalale in Brasile”, que apresentamos no **Ciclo di Conferenze "Transamerica #2 - Viaggio Nella Storia e Nell'Attualità Del/ Nuovo Mondo"**, realizado pela Associazione Antonio Gramsci di Cagliari – Sardegna, na mesa intitulada *"America Latina di Lotta e Reazione: l'opposizione a Bolsonaro"*, entre os dias 19 e 21 de novembro de 2019.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais, docente de Teoria Política na Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp Campus de Marília. Coordenador do Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana (NEOM/CNPq).

essa particularidade: “*Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude*”.

Se, por um lado, podemos identificar que a frase acima sintetiza de maneira precisa a forma histórica de dominação burguesa no Brasil, por outro, é preciso ponderar que a relação contraditória (a tensão dialética) entre *permanência e transformação* se reproduz condicionada aos embates e desdobramentos das lutas de classes no país. Portanto, não podemos incorrer no equívoco do anacronismo e não reconhecemos que o país se transforma historicamente ao longo dos pouco mais de 500 anos de dominação portuguesa sobre as terras de Pindorama.

A questão, que aqui procuramos apontar, é como a essência autocrática de dominação burguesa, que aqui se reproduz, absorve novas formas fenomênicas, ou seja, novos contornos econômicos e políticos, ao mesmo tempo em que mantém características que definem a formação social brasileira. Assim, o que Caio Prado Jr. identificou como o *Sentido da Colonização* (2000), absorve as contradições históricas e novos fenômenos sociais reproduzidos na *forma-de-ser* da modernização brasileira. Uma modernização capitalista que paga um alto tributo ao historicamente velho, ao reproduzir um *sentido* autocrático de dominação no plano interno, uma associação subordinada no plano externo, excluindo, alijando e explorando intensiva e extensivamente o conjunto do proletariado brasileiro. Dessa forma, os contornos gerais da dominação burguesa no país se reproduzem nos marcos do que identificamos como uma particularidade colonial-bonapartista (MAZZEO, ANO, p. 112-113).

Da forma como entendemos, o que se observa hoje no Brasil é um *aprofundamento regressivo* dessa característica. O governo Bolsonaro, alçado através de eleições gerais em 2018, representa a resposta da burguesia internamente estabelecida no país, num quadro de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002), de incapacidade da esquerda de oferecer

alternativas ao conjunto do proletariado para além do capitalismo, e de ofensiva imperialista sob a hegemonia do capital financeiro mundializado.

Se a frase de Tancredi ganha cada vez mais significado na realidade brasileira, outra, de Auguste de Saint-Hilaire, naturalista francês que pesquisou a fauna e a flora brasileiras durante os anos de 1816 e 1822, no final do Período Colonial, explicita o reacionarismo e, portanto, a *regressão societal* na qual o Brasil mergulhou: “*Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil*”.

Saint-Hilaire se referia à voracidade com que essa espécie de formiga devorava toda e qualquer produção agrícola que encontrasse em seus caminhos, num país que, àquela época, era predominantemente agrícola, mas que não era capaz, por exemplo, de produzir alimento o suficiente para consumo do mercado interno. Contudo, é o escritor Lima Barreto (1881-1922), em seu magnífico *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, publicado em 1915, que reproduz a mesma frase como metáfora da formação social brasileira. Aqui, a saúva representa aquilo que é historicamente velho, mas que permanece como elemento dinamizador da sociabilidade brasileira: a dominação do latifúndio, de uma classe de proprietários rurais que controla o país desde o período colonial, que vai se “aburguesando”, num claro processo de *transformismo*, mas que mantem e expressa o que há de mais conservador e reacionário na formação econômica e social do país, reproduzindo formas autocráticas de dominação política, que caracterizariam uma forma particular de prussianismo-bonapartismo.

O governo Bolsonaro representa a reafirmação e o aprofundamento de tais características. A seguir, procuraremos delinear o processo de “contrarreforma” – ou de contrarrevolução preventiva (FERNANDES, 1987) – que está em curso no Brasil e que se coloca de forma dramática em toda a América Latina.

## 2. O significado do golpe de Estado de abril de 2016

O Partido dos Trabalhadores governou o país entre janeiro de 2003 e abril de 2016. Os dois primeiros mandatos foram realizados por Lula; o terceiro mandato e o quarto, interrompido por um Golpe de Estado jurídico-parlamentar, por Dilma Rousseff. O PT propõe um governo de caráter social democrata. Mas de uma socialdemocracia particular, tardia e anômala, que pouco ou quase nada lembra os países clássicos da social democracia, onde foi implantado um modelo de Estado de bem-estar social, como na região centro-norte da Europa. Um projeto que buscou se sustentar politicamente numa perspectiva de conciliação de classes, mantendo o conteúdo econômico neoliberal, fundado no tripé metas de inflação/superávit primário/câmbio flutuante, ao mesmo tempo que garantia programas sociais de renda mínima, e um fraco programa de reformas e investimentos sociais em infraestrutura, educação e saúde. Esse modelo só foi possível graças ao crescimento econômico observado durante os anos 2000, impulsionado pelo aquecimento do comércio mundial de *commodities* que a economia chinesa demandou (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007). Devido aos históricos índices de miséria presentes na sociedade brasileira, os programas sociais dos governos petistas produziram importantes efeitos, sobretudo no combate à fome, mesmo sem alterar minimamente a estrutura de concentração de renda do país.

A grande diferença dos governos petistas em relação aos que o antecederam, esteve no plano das relações exteriores. O Brasil se vinculou aos BRICS e procurou certo grau de autonomia em relação aos Estados Unidos. Tanto assim que, em 2014, pela primeira vez em mais de 50 anos, o maior volume das exportações brasileiras não foi com os Estados Unidos, mas, sim, com a China.

No entanto, a partir da eclosão da crise de 2008 (*subprimes*) nos EUA, a correlação de forças começou a se transformar no Brasil. É verdade que o PT venceu as duas eleições presidenciais posteriores à eclosão da crise, em 2010 e 2014. No entanto, a proposta de conciliação já não satisfazia a burguesia internamente instalada, sobretudo àquelas frações vinculadas ao capital financeiro. O PT, que havia esvaziado politicamente os movimentos sociais e a própria militância do partido em nome da política institucional, da governabilidade, apostou até o fim na legalidade burguesa, na política da conciliação, e o preço pago foi altíssimo. Sofreu um golpe de Estado em abril de 2016. Ainda mais, viu seu principal líder, que havia sido presidente do país por dois mandatos consecutivos (com um dos maiores índices de popularidades da história), ser preso numa grande articulação que envolveu a grande mídia do país, o poder judiciário e a burguesia internamente instalada – todos aliados de forma incondicional e subordinada ao imperialismo europeu e, principalmente, estadunidense. A autocracia burguesa institucionalizada (DEO, 2014, 303-330), reproduzia a dominação de classe através de seus mecanismos parlamentares e jurídicos (AGNOLI, 1971).

O golpe de Estado teve como alvo político imediato o PT, mas o alcance ideológico da manobra burguesa de caráter bonapartista era muito mais amplo: liquidar toda e qualquer proposta identificada como de esquerda, “varrer do mapa” político brasileiro aquelas forças sociais que, de alguma forma, se vinculavam ao campo genericamente denominado como “progressista”, deixando o espaço aberto à ofensiva burguesa internacional, que aprofundaria o saque da riqueza social produzida no país. Tiveram papel fundamental nesse processo o judiciário brasileiro (Operação Lava-Jato, mas não só) em articulação com os principais meios de comunicação

do país<sup>3</sup>, bem como, com os principais aparelhos privados de hegemonia burguesa. Desses, alguns são históricos articuladores de Golpes de Estado, como a FIESP<sup>4</sup>; outros nasceram ou se fortaleceram no bojo das manifestações de 2013, tais como, entre outros, o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Movimento Vem Pra Rua.<sup>5</sup>

O próprio vice-presidente na chapa de Dilma Rousseff, Michel Temer, foi um dos principais articuladores do golpe. Assume interinamente em maio de 2016. Em agosto do mesmo ano é finalizado o processo de deposição de Dilma. Temer assume como presidente e inicia uma série de reformas que serviriam como um “carro abre-alas” para o aprofundamento das reformas neoliberais no país. Em seu governo, de pouco mais de 2 anos, foram aprovadas reformas que atacaram diretamente os direitos trabalhistas e sociais, historicamente conquistados pelo proletariado brasileiro. Intitulado *Uma Ponte para o Futuro*, o pacote de contrarreformas contou com a rearticulação de um núcleo político-parlamentar conservador que já havia contribuído decisivamente para a deposição de Dilma, o chamado “Centrão”. Entre essas medidas, destacamos:

- a) A limitação dos gastos com saúde e educação, ao limite anual do índice inflacionário, por 20 anos. Ou seja, redução ao mínimo

---

<sup>3</sup> Sempre é importante lembrar que os principais meios de comunicação de massa do país se concentram nas mãos de não mais que 7 famílias, proprietárias dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, dos canais de televisão SBT, Bandeirantes, Record e Rede Globo. Com alcance nacional, a Emissora de Rádio Jovem Pan foi transformada em um centro de crítica de conteúdo conservador à esquerda, defendendo abertamente em sua programação diária, a proposta de eliminar o PT e a esquerda brasileira.

<sup>4</sup> Veja-se sobre o assunto a referencial obra de René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe* (1981).

<sup>5</sup> Importante notar que tais movimentos contaram (ou ainda contam) com financiamento de centros internacionais de organização e divulgação ideológicos-conservadores, tais como o *Students for Liberty*, dos Estados Unidos.

possível de investimentos do estado em setores fundamentais para a grande maioria da população brasileira.

- b) Reforma Educacional, que propôs uma reformulação curricular voltada totalmente ao mercado de trabalho.
- c) Decorre disso outro problema: não há trabalho no país. Hoje, há cerca de 20 milhões de desempregados e, aproximadamente, 35 milhões de trabalhadores precarizados. Mas, a burguesia propõe e aprova uma Reforma Trabalhista que piora ainda mais a situação do proletariado, posto que a nova legislação flexibiliza totalmente os contratos de trabalho, fazendo prevalecer legalmente o “acordado” entre patrões e empregados, e não o que determina a legislação. Imaginemos os efeitos disso num país onde quase metade da população economicamente ativa ou está desempregada ou em condições de trabalho totalmente precário. Na prática, significa um retorno ao passado escravista do país, com uma “roupagem” de modernidade capitalista.

Mas para garantir a continuidade desse processo de contrarreformas, de ofensiva do capital sobre o trabalho, do ponto de vista burguês era necessário eleger um candidato que continuasse e aprofundasse tais propostas. E aqui chegamos ao processo eleitoral de 2018.

### 3. O processo eleitoral de 2018

Quando analisamos a composição das alianças políticas em torno das candidaturas que concorreram às eleições em 2018, de imediato, identificamos que o candidato da burguesia não era Jair Bolsonaro, mas, sim, Geraldo Alckmin, do PSDB. Seu partido – o mesmo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – foi um dos principais

articuladores do golpe de estado sobre Dilma, e sua candidatura reuniu a representação política das mais variadas frações burguesas organizadas politicamente através do já mencionado Centrão, principalmente do capital financeiro, com clara posição pró-EUA no plano externo.

Já o PT, tinha como proposta lançar o ex-presidente Lula como candidato, cujo nome era apontado como favorito pelas pesquisas de opinião. No entanto, devido à já citada articulação política e jurídica criada pela Operação Lava-Jato (hoje denunciada como “Vaza-Jato”, pois foram descobertas e estão sendo divulgadas todas as manipulações lideradas pelo então juiz Sergio Moro), Lula foi preso em abril de 2018. Mesmo estando no cárcere, houve a tentativa de lançar a candidatura de Lula. Depois de esgotadas todas as possibilidades jurídicas, Lula não pode concorrer. Em seu lugar, o PT lançou, em setembro de 2018, Fernando Haddad, ex-prefeito da maior cidade do país, São Paulo.

Em 6 de setembro de 2018, num episódio traria elementos decisivos à disputa eleitoral. Jair Bolsonaro sofreu um atentado à facada – em episódio pouco explicado até hoje – durante campanha na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. A partir desse episódio, a candidatura de Bolsonaro começa a ganhar adesão e as pesquisas apontavam que ele poderia ir para o segundo turno, juntamente com Fernando Haddad que era o candidato do PT e de Lula.

Jair Bolsonaro se apresenta como o candidato antissistema, que iria combater a corrupção, e recolocar o país nos rumos da moralidade. Seu discurso se apoiava na polarização que vinha sendo incentivada pela grande mídia do país, criminalizando a esquerda e propondo sua eliminação, inclusive física. Tal polarização contribuiu decisivamente para o *impeachment* de Dilma e para a prisão de Lula. Expressa um conteúdo reacionário, de características ideológicas fascizantes, sobretudo no que diz respeito à violência contra a esquerda, de um



obscurantismo religioso de matriz neo-pentecostal (o que explica seu discurso de discriminação das mulheres e da população LGBT). No entanto, é o componente econômico que nos faz compreender o porquê de a burguesia internamente instalada no Brasil apoiar essa candidatura, com todo seu conteúdo reacionário.

Seu candidato preferencial, Alckmin, despencou nas pesquisas. Jair Bolsonaro surge como a alternativa política à implementação de um projeto de aprofundamento do neoliberalismo no Brasil, cujo objetivo principal é a rapina, a expropriação do fundo público brasileiro e o aprofundamento da espoliação do proletariado do país.

Nos meses finais de campanha, a polarização esquerda/direita, se reproduziu de forma cada vez mais intensa. Apoiada numa gigantesca indústria de notícias falsas (*fakenews*), com patrocínio e *know-how* de empresas estadunidense<sup>6</sup>, a campanha de Bolsonaro se pronunciava em nome de deus, da família e contra o “comunismo do PT”, e contou com o apoio conivente da grande mídia e do judiciário brasileiro. Esse discurso foi o vitorioso nas eleições de 2018.

#### 4. O Governo Bolsonaro

Em recente livro lançado na Itália, intitulado *Politica della caverna: la controrivoluzione di Bolsonaro*, o sociólogo brasileiro Ricardo Antunes propõe uma metáfora que compara a atual fase do capitalismo - identificado como “*o capitalismo tardio da plataforma, da era digital, informática e financeira*” (ANTUNES, 2019, p. 26) – com o período histórico da acumulação originária (primitiva) do capital, devido à força e ao intenso grau de exploração dos trabalhadores, principalmente no mundo

---

<sup>6</sup> Entre elas, o mesmo grupo que assessorou a campanha de Donald Trump, comandado por Steven Bannon e Andrew Breitbart, da *Breitbart News*.

colonial (eu acrescentaria um outro elemento: com um profundo e intenso grau de degradação ambiental). Pois bem, o governo de Jair Bolsonaro é a expressão política dessa fase de aprofundamento radical da exploração do capitalismo sobre a humanidade e o planeta. E, em seu governo, o principal representante dessa política é o ministro da economia Paulo Guedes.

Formado pelo mais importante aparelho privado de hegemonia burguesa neoliberal, a Escola de Chicago, Paulo Guedes foi professor na Universidade de Chile durante a ditadura de Augusto Pinochet. Totalmente alinhado ao mercado financeiro, propôs um programa econômico de radical “choque ortodoxo” de liberalismo. Eis o elemento fundamental para entendermos o apoio da burguesia interna, da grande mídia (que continua apoiando as medidas econômicas do governo, mesmo que com uma aparente crítica ao mesmo) e de grande parte do judiciário brasileiro ao governo Bolsonaro.

O que a burguesia internamente instalada demonstra: não há conciliação de classe possível para solucionar a crise. Um governo autocrático, com uma aparente legalidade institucional, é a melhor forma para impor ao conjunto da classe trabalhadora as contrarreformas necessárias à acumulação capitalista, sob o domínio financeiro, ou seja, do imperialismo em sua fase de reprodução atual. Desse elemento central derivam as medidas econômicas e políticas do atual governo, bem como as drásticas consequências ao conjunto dos trabalhadores brasileiros:

- a) Reforma da Previdência: articulada com a reforma trabalhista do governo Temer, condicionará a população pobre no país a trabalhar até morrer, sem alcançar a aposentadoria;
- b) Reforma do Estado brasileiro, que implica em aprofundar as privatizações, transferindo ao setor privado, principalmente, saúde e educação. Não por acaso, o funcionalismo público é um dos principais alvos do atual governo;

- c) Para satisfazer as frações industriais da burguesia, se propõe baratear o custo da força de trabalho. Uma série de direitos historicamente conquistados estão sendo retirados dos trabalhadores;
- d) Ampliar as áreas de plantio e exploração mineral no país, principalmente em direção à floresta amazônica; daí deriva todo o discurso contra os índios, as Ong's, os ambientalistas;
- e) No plano externo, um total alinhamento subordinado ao governo estadunidense, sobretudo à figura de Trump.

No plano da divisão internacional do trabalho, isso significa recondicionar o país à uma posição fundamentalmente colonial. É verdade que o Brasil nunca rompeu esse elemento de subordinação e dependência em relação aos centros do capitalismo mundial, sobretudo os Estados Unidos. Mas o que agora observamos, é o aprofundamento dessa regressão neocolonial (PLÍNIO JR, 2017), que do ponto de vista econômico é ainda mais reacionário que o fascismo. Essa afirmação, de forma alguma, propõe uma relativização das mazelas e atrocidades que governos abertamente fascistas reproduziram historicamente. O que procuramos apontar é que o projeto político e econômico em curso no Brasil não pode ser confundido, ou comparado automaticamente, com o fascismo. Sem dúvida alguma existem elementos fascistas ou fascistizantes no governo Bolsonaro. No entanto, da forma como entendemos, o que se observa hoje no Brasil é uma proposta que nos faz regredir, por assim dizer, ao século XV ou XVI, seja do ponto de vista econômico, ideológico e toda a autocracia política que se reproduz. A barbárie como a principal manifestação da crise estrutural do capital avança e se aprofunda rapidamente na periferia do capitalismo... é o que observamos no Brasil.

## 5. Uma possível reação imediata

Tal como entendemos, o caminho imediato para uma derrota desse projeto regressivo passa pela formação de uma frente política de amplo alcance que aponte a necessidade do resgate e reafirmação dos mecanismos democráticos básicos – mesmo que com seus limites do Estado burguês. No entanto, esse caráter amplo deve ser articulado à compreensão de que não há espaço na realidade brasileira para uma política de conciliação de classe com a burguesia, por todos os motivos que já apontamos acima. Portanto, essa articulação, necessariamente, deverá voltar suas atenções ao conjunto da classe trabalhadora no Brasil, em suas mais diversas frações, com vistas à sua reorganização. Não pode e não deve ser uma frente meramente eleitoral – mesmo que a disputa em 2022 seja fundamental. Mas sim uma frente que busque a reorganização da classe no sentido da disputa por hegemonia, contribuindo na construção de uma consciência que identifique o quadro atual das coisas e aponte às alternativas reais e concretas que, em nossa leitura, só poderá vir com um projeto de transição socialista.

E aqui retorno ao sentido da frase que utilizei no início dessa exposição: Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil; ou o proletariado brasileiro acaba com esse projeto de destruição capitalista, de reposição e aprofundamento do sentido da colonização, ou a barbárie do capital continuará avançando, até colocar em risco a própria existência humana.

## 6. Referências

AGNOLI, J. & BRÜCKNER, P. *La transformación de la democracia*. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 1971.

ANTUNES, R. *Poetica della caverna: la controrivoluzione di Bolsnaro*. Roma: Castelvechi, 2019.

DEO, A. Uma transição à long terme: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: Milton Pinheiro. (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, v. 1, p. 303-330.

DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

LUKÁCS, G. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

SAMPAIO JR., P. A. *Crônicas de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.